



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

**Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no
capitalismo**

**JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL: REALIDADES,
DESAFIOS E PERSPECTIVAS COM FOCO NO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO E O
CONTEXTO ESCOLAR**

**ARIANE SOARES DA SILVA¹
ROSÁLIA ALVES DE SOUSA²**

RESUMO

Este estudo examina as condições sócio-históricas atuais e as políticas públicas para a juventude na América Latina e Brasil, com foco no impacto sobre o trabalho infantil doméstico e o contexto escolar. Assim, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, de tipo qualitativo. Concluímos que políticas públicas efetivas são essenciais para erradicar o trabalho infantil e melhorar a educação.

Palavras-chave: Juventude; políticas públicas; trabalho infantil doméstico; educação.

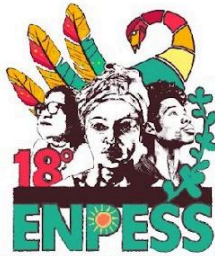
ABSTRACT

This study examines the current socio-historical conditions and public policies for youth in Latin America and Brazil, focusing on the impact on child domestic labor and the school context. Thus, we conducted a bibliographic and documentary research of a qualitative nature. We conclude that effective public policies are essential to eradicate child labor and improve education.

Keywords: Youth; public policies; child domestic labor; education.

¹ Universidade Estadual do Ceará

² Universidade Estadual do Ceará



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

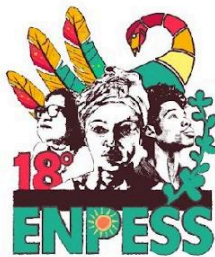
1. INTRODUÇÃO

A juventude na América Latina e no Brasil enfrenta uma série de desafios que refletem as complexas dinâmicas sociais, econômicas e políticas da região. Historicamente, a América Latina tem sido marcada por profundas desigualdades estruturais que impactam diretamente a vida dos jovens. No Brasil, essa situação é pronunciada devido à combinação de um legado colonial e de políticas econômicas neoliberais que agravam a exclusão social.

Segundo Abad (2002), as políticas de juventude na América Latina evoluíram em resposta à exclusão dos jovens e aos desafios de sua integração ao mundo adulto, sendo divididas em quatro períodos: ampliação da educação e uso do tempo livre (1950-1980), controle social de jovens mobilizados (1970-1985), combate à pobreza e prevenção do delito (1985-2000), e inserção laboral de jovens excluídos (1990-2000) (ABAD, 2002, p.119-155).

No Brasil, Reis, Ferreira e Lopes (2020) descrevem a institucionalização do jovem como sujeito de políticas públicas. Após o regime militar, a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) foram marcos importantes, mas a juventude só ganhou definição no Estatuto da Juventude de 2013, que reconheceu jovens entre 15 e 29 anos. Nos anos 2000, houve avanços com a criação de órgãos específicos para políticas juvenis (REIS, FERREIRA E LOPES, 2020, p. 03).

Os jovens brasileiros totalizam 50 milhões, representando aproximadamente um quarto da população, com equilíbrio entre os sexos. Predominam jovens negros (51% pardos, 10% pretos), sendo sub-representados nas classes A e B. As capitais do Norte têm as maiores taxas de jovens,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

enquanto as do Sul e Sudeste, as menores. Dados sobre juventudes indígenas e LGBTQIA+ são frequentemente invisibilizados (BARÃO ET AL., 2021, p. 12).

Em 2005, foi estabelecido o marco legal da Política Nacional de Juventude com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), conforme a Lei nº 11.129. A Conferência Nacional de Juventude de 2008 e outras estruturas fortaleceram essa construção, culminando na aprovação do Estatuto da Juventude em 2013, que legalizou a faixa etária dos jovens (15 a 29 anos) e definiu direitos e diretrizes para políticas específicas. Marcos como a Conferência de 2008, o V Encontro da REJ do Mercosul em 2009, a Emenda Constitucional nº 65 em 2010, a II Conferência de 2011 e a III Conferência de 2015 consolidaram o diálogo e estratégias (BARÃO ET AL., 2021, p. 26).

Nesse contexto de construção legal, torna-se evidente a amplitude das políticas públicas voltadas para os jovens, abrangendo educação, esporte, cultura e assistência social, além da integração no mercado de trabalho. No entanto, a eficácia dessas medidas é desafiada por questões como desigualdade de acesso e a necessidade de considerar as particularidades individuais.

As transformações do século XXI, como avanços tecnológicos e mudanças no mercado de trabalho, exigem dos jovens habilidades que nem sempre são contempladas pelas políticas existentes. Segundo Fialho e Sousa (2020), as políticas sociais para a juventude no Brasil começaram no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Durante o governo Lula (2003-2010), foram criados o Estatuto da Juventude (2013) e a Política Nacional da Juventude (2006). No governo Dilma Rousseff (2011-2016), a Secretaria Nacional



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de Juventude (2013) foi estabelecida para fortalecer essas ações (FIALHO E SOUSA, 2020, p. 165).

A criação de marcos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude, além da institucionalização de órgãos específicos para a juventude, foram passos importantes na proteção dos direitos dos jovens. Contudo, a efetividade dessas políticas é limitada por desigualdades de acesso e a necessidade de considerar as particularidades dos jovens. A evolução das políticas de juventude na América Latina e no Brasil mostra um caminho de avanços e limitações, enquanto as transformações do século XXI exigem políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

Em meio aos avanços e desafios enfrentados pelas juventudes, é crucial considerar a persistente problemática do trabalho infantil. O trabalho infantil, uma expressão profundamente enraizada da questão social, é amplamente destacado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e em convenções globais, especialmente na América Latina. No entanto, sua erradicação continua sendo difícil devido a múltiplos fatores, com destaque para o modo de produção capitalista vigente, que impede a eliminação eficaz dessa prática.

Para compreender a exploração do trabalho infantil doméstico no contexto contemporâneo, tendo em vista a sua proibição legal, é preciso perpassar a atual dinâmica do capital com suas implicações no mundo do trabalho, o que pressupõe os elementos que compõem a resposta do capital a sua crise estrutural. Apesar do que diz a jurisprudência quanto aos direitos fundamentais em que se busca a erradicação, mostra que o capitalismo na conjuntura atual cria os meios que impossibilitam a erradicação. Como explica Mészáros (2011b), tal fato revela o aumento da destruição do pressuposto do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

capital, através do qual são expressas as suas contradições e determinantes.

O capitalismo contemporâneo possui um caráter destrutivo, evidenciado pela degradação da natureza e pela superexploração da força de trabalho humana. Segundo Mézáros (2011) e Carcanholo (2009), essa exploração se manifesta na apropriação da mais-valia por meio da espoliação. Nesse contexto, a exploração do trabalho infantil permanece uma questão persistente.

2. PAÍSES LATINO-AMERICANOS E SUA ECONOMIA DEPENDENTE

A formação econômica de países da América latina tem como base o processo de superexploração³ (nota de rodapé) e dependência, pois a medida que o capitalismo se expande pelo mundo, nos países Latino-Americanos ele está atrelado à dinâmica de países centrais em que tem na monopolização, centralização e concentração de multinacionais seu fator primordial. Logo, temos a industrialização da América Latina ligada ao capital estrangeiro.

Segundo Fernandes (2009), a análise crítica da dependência na América Latina requer a compreensão dos padrões de dominação externa que moldaram a região. Ele identifica quatro fases principais na evolução econômica da América Latina: sistema colonial, neocolonialismo, imperialismo e imperialismo total, destacando a relação entre as classes

³ Criada por Ruy Mauro Marini, para explicar o que caracteriza o capitalismo dependente, essa categoria justifica como a força de trabalho possui um valor diário e um valor total que o sistema capitalista não respeita.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sociais internas e externas nesse processo. Essa análise visa esclarecer os desafios enfrentados pela América Latina na contemporaneidade (apud SOUZA, 2017, p. 436).

Para Fernandes (2009) o primeiro padrão é o sistema colonial, que estruturou condições societárias fundadas na extrema desigualdade e no controle dos povos originários e africanos escravizados. Este sistema adquiriu "o caráter da exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção em benefício das coroas e dos colonizadores" (FERNANDES, 2009, p.23).

Segundo Souza (2017), a longa dominação externa sobre a América Latina deixou uma herança de subserviência e polarização social que se manteve nas fases subsequentes. Mesmo após o fim do sistema colonial, a estrutura excludente foi preservada e adaptada pelos detentores do poder, com apoio externo. No período de neocolonialismo, a subordinação econômica serviu aos interesses dos agentes internos privilegiados, que mantiveram a estrutura colonial e continuaram a servir interesses externos, consolidando a subserviência das classes dominantes internas e impulsionando a modernização capitalista e urbana (SOUZA, 2017, p. 437).

Ainda de acordo com Souza (2017), terceira fase de dominação é o imperialismo, resultante da transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista após a Revolução Industrial. Esta fase centraliza a política imperialista nas anexações coloniais e na reorganização das economias periféricas. Entre 1890 e 1950, a dominação imperialista, junto com a subordinação das classes dominantes internas, transformou as economias da América Latina em um negócio "seguro e lucrativo", consolidando o capitalismo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

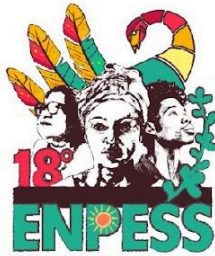
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

dependente e reforçando estruturas preexistentes (SOUZA, 2017, p. 438).

O quarto padrão de dominação externa, que Fernandes (2009) denomina como imperialismo total, é marcado pela hegemonia dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra Mundial. Esse período intensificou o controle sobre a América Latina não apenas economicamente, mas também sociocultural e politicamente. Fernandes argumenta que essa política imperialista total é altamente destrutiva para o desenvolvimento dos países latino-americanos. Após a Segunda Guerra Mundial, com a "segunda partilha do mundo", o controle da periferia tornou-se crucial para o capitalismo mundial, especialmente em disputa com o "socialismo real" da União Soviética. O capitalismo monopolista buscava estabilidade política na periferia, limitando o desenvolvimento econômico das nações periféricas e enfraquecendo suas estruturas de poder internas para consolidar suas bases (SOUZA, 2015, p. 439).

Para Bambilra (2013, p.38) "essa dependência é uma situação na qual grupos de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão da outra economia à qual se encontra submetida". Tem-se que o atraso de países Latino-Americanos leva, conseqüentemente ao desenvolvimento do capitalismo mundial tornando as grandes potências capitalistas cada vez mais ricas.

Para Marini (1973) a acumulação do capital se dá em função da taxa de lucro, a partir daí se pode compreender a formação da economia dependente que está ligada ao capitalismo local. O autor nos diz que a lógica da acumulação capitalista é um processo Dialético, pois ela produz, de fato, o desenvolvimento de determinadas economias em contrapartida, também produz o subdesenvolvimento de outras. O autor



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

destaca que:

Em vez de focar no aumento da produtividade, a estratégia é intensificar o emprego da força de trabalho, reduzindo sua composição orgânica e aumentando o valor das mercadorias produzidas, o que eleva a mais-valia e o lucro (Marini, 1973, p. 3). Isso estimula a exportação de capital para economias dependentes, aumentando os lucros, mas elevando a composição orgânica do capital e a produtividade, o que reduz o valor das mercadorias e a taxa de lucro. Para reverter essa situação, recorre-se à superexploração da força de trabalho.

A superexploração da força de trabalho se caracteriza por dois aspectos principais: o baixo valor pago, significativamente abaixo do justo, e o uso precoce e intenso da força de trabalho, que leva ao esgotamento rápido. Um exemplo é o trabalho infantil, frequentemente invisível devido à legislação que proíbe, mas prevalece no trabalho doméstico, onde crianças são sobrecarregadas com tarefas domésticas ou cuidado de outros. Essas crianças, quando entram no mercado de trabalho, estão sem qualificação e sujeitas à precarização do trabalho. Nesse sentido e de acordo com Marx (2011):

Quanto mais baixo o preço do trabalho tanto maior tem de ser a quantidade de trabalho ou tanto mais longa a jornada, a fim de que o trabalhador chegue a assegurar-se de um miserável salário médio. O baixo preço do trabalho incentiva o prolongamento do tempo de trabalho. (MARX 2011, p.630).

Assim, a superexploração do trabalho é evidenciada por salários baixos pagos a crianças, adolescentes e mulheres, que compõem a reserva de trabalhadores para o capital. No contexto contemporâneo, a exploração do trabalho infantil persiste devido à expansão do capital, resultando no descarte de trabalhadores e no aumento da reserva de força de trabalho e da superexploração.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Para Fernandes (2006), o desenvolvimento capitalista periférico é sustentado por uma dupla articulação dependente com potências imperialistas e elites dominantes internas. Essa dinâmica explica as relações históricas e condições estruturais que fundamentam o desenvolvimento capitalista dependente (2006 apud SOUZA, 2017, p. 444).

3. POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMÉRICA LATINA, CRISE E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Para entender as políticas sociais da juventude na América Latina e no Brasil, é preciso elaborar um breve histórico compartilhado pela maioria dos países da América Latina. De acordo com Haro (2015), de 1930 a meados dos anos 60, regimes populistas e desenvolvimentistas na América Latina promoveram a universalização e ampliação da educação como meio para a modernização, além de criar instituições de lazer e campanhas de saúde.

De meados dos anos 60 a meados dos anos 80, durante a Guerra Fria, regimes autoritários implementaram políticas de controle e repressão juvenil contra movimentos revolucionários e organizações estudantis. De meados dos anos 80 a princípios dos anos 2000, com a transição para a democracia e crises econômicas, os países adotaram políticas neoliberais que resultaram em cortes na despesa pública, afetando a população e fomentando desigualdades. Em resposta, a ONU decretou 1985 como o Ano Internacional da Juventude, estimulando a criação de instituições voltadas para a juventude na maioria dos países.

No final da década de 90, com a ascensão de Hugo Chávez na Venezuela, iniciou-se um novo período marcado pelo "consenso progressista". Governos implementaram ações



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de inclusão social dos jovens, reconhecendo-os como sujeitos de direito e atores estratégicos de desenvolvimento, apesar das limitações nas políticas sociais e a disparidade entre discurso e implementação (HARO, 2015, p. 23).

Políticas públicas voltadas para a juventude são essenciais para enfrentar desafios e promover a inclusão social. Fernandes (2015), afirma que a dominação e desigualdade na América Latina resultam de um processo histórico de exploração que marginaliza grandes partes da população (Fernandes, 2015, p. 23). Portanto, políticas eficazes devem romper com essas estruturas e oferecer oportunidades reais para os jovens. Contudo, a implementação e eficácia dessas políticas são frequentemente limitadas por fatores estruturais e políticos, exigindo uma abordagem crítica que reconheça e desafie essas estruturas de poder.

O advento do neoliberalismo, que surgiu devido à crise do capitalismo mundial na década de 1970, redefiniu o papel do Estado. Originado na Europa e depois se espalhando pela América Latina, o Estado neoliberal intensificou a exploração da classe trabalhadora nesses países. Nesse contexto, a oferta de capital internacional para países periféricos visa transferir o excedente de valor.

Por volta de 1980 para que se resista as ditaduras e ao neoliberalismo as esquerdas latino-americanas se articulam em prol de posições anti-imperialistas e em defesa do desenvolvimento nacional. Assim, as famílias passam a vivenciar a precarização do trabalho e a pauperização desencadeando a exploração do trabalho infantil.

Fontes como o IBGE Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, comprovam que no ano de 2022, existia cerca de 1,9 milhão de crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 17 anos exercendo trabalho no Brasil. Isso representa mais de 4,0



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

% da população nessa faixa etária. Em 2016, o número de crianças e adolescentes em situação laboral diminuiu para pouco mais de 2 milhões, que foi o início das pesquisas sobre o trabalho de crianças e adolescentes da PNAD Contínua, o que chegou a 1,8 milhão em 2019.

Segundo a OIT, aproximadamente 8,2 milhões de crianças e adolescentes são vítimas de trabalho infantil na América Latina e Caribe. Dados recentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) apontam que a pandemia de COVID-19 pode ter levado aproximadamente mais de 300 mil crianças e adolescentes nos últimos dois anos para este cenário de precariedade em que são inseridas nas atividades laborais.

4. TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO NO BRASIL: DESAFIOS E POLÍTICAS DE PROTEÇÃO.

O trabalho infantil doméstico é um fenômeno que tem seu aparecimento no Brasil com a industrialização no século XIX. No entanto, Marx (2011), no mesmo período já atentava para a mão de obra infantil e feminina no setor fabril na Alemanha com o surgimento da maquinaria. O autor salienta:

À medida que torna prescindível a força muscular, a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! E foi assim que esse poderoso meio de substituição do trabalho e de trabalhadores transformou-se prontamente num meio aumentar o número de assalariados. (Marx, 2011, p, 468).

A implantação e expansão da indústria afetaram profundamente crianças e adolescentes das camadas mais pobres do Brasil. A imigração intensificou a mão de obra operária, levando ao emprego de crianças em diversos setores,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

como confecções, alimentos, produtos químicos e metalurgia. Isso resultava em acidentes, mutilações e maus-tratos, incluindo surras e castigos. As condições de trabalho eram tensas e agressivas e insalubres, tornando-se prejudiciais tanto para adultos quanto para crianças.

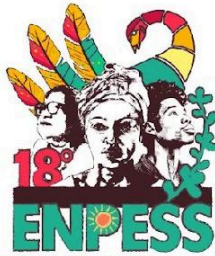
Muito antes das crianças se tornarem mão de obra nas fábricas, elas atravessavam o Atlântico em embarcações portuguesas, enfrentando trabalho exaustivo e degradante, além de perigos como naufrágios, violência sexual e doenças. Os meninos que ajudavam a bordo, tinham uma expectativa de vida de no máximo 14 anos. Nesse contexto, Del Priore (2021) afirma:

Entregues a um cotidiano difícil e cheio de privações, os grumetes viam-se obrigados a abandonar rapidamente o universo infantil para enfrentar a realidade de uma vida adulta. Muitos grumetes eram sodomizados por marujos inescrupulosos – categoria classificada nos documentos como, formada por, criminosos da pior espécie, tais como assassinos, incendiários e sediciosos. (Del Priore, 2021. p 27)

Com a abolição da escravidão no século XIX, o trabalho infantil passou a ser visto como mão de obra fácil e barata para realização de atividades nas casas dos senhores, bem como nas lavouras, onde a grande maioria da mão de obra utilizada eram os negros e os órfãos.

Na literatura, até a década de 1990, crianças e adolescentes que realizavam serviços familiares informais eram chamados de "jovens cuidadores". Esses jovens, com menos de dezoito anos, assumem responsabilidades significativas de cuidado, normalmente associadas a adultos, para membros da família, como pais, irmãos ou avós com doenças crônicas ou condições de saúde mental. A infância é crucial para a formação da personalidade, incluindo o brincar, as interações sociais e o aprendizado escolar.

Com a criação da Lei 8.069/90, Estatuto da Criança e do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Adolescente (ECA), a responsabilidade pela proteção infantojuvenil foi atribuída à família, comunidade, sociedade e poder público. No entanto, essas garantias frequentemente não são cumpridas devido à negação de direitos sociais. Como resultado, o trabalho de cuidado pode restringir oportunidades sociais e educacionais para as crianças, impactando sua saúde física e mental e causando dificuldades emocionais, especialmente entre jovens cuidadores.

Silva (2010) reflete que no desenvolvimento da política social brasileira, há uma diversidade de programas sociais para a população em vulnerabilidade econômica. No entanto, esse esforço é considerado descontínuo e insuficiente. Apesar das transformações desde os anos 2000, a política social no Brasil mantém uma perspectiva marginal e assistencialista, desvinculada das questões macroeconômicas, predominantemente focada na regulação ou administração da pobreza em um determinado patamar (Silva, 2010, pp.157-158).

Diógenes (2009) expande a compreensão das políticas voltadas para os jovens, pontuando que uma política pública para a juventude deve considerar diversos aspectos que definem suas experiências, formas de interação social e seus códigos de linguagem, resultando em um reconhecimento mútuo entre seus pares (DIÓGENES, 2009, p.278). Discute, que muitas políticas públicas para a juventude focam apenas na profissionalização e geração de renda, alinhadas aos padrões do mundo adulto. O desafio é criar ações que ofereçam oportunidades profissionais e promovam o desenvolvimento integral dos jovens, respeitando suas preferências e formas de expressão (DIÓGENES, 2009, p. 280-281).

Vieira (1992) argumenta que as propostas de política



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

social se concentram em um Estado específico, uma classe social e ações particulares, com maior ênfase na política econômica do que na social. Isso demonstra que as decisões econômicas têm mais influência do que as sociais. Jovens das classes trabalhadoras são pressionados a abandonar sonhos e estudos para trabalhar e sobreviver, evidenciando a falta de proteção social e a necessidade de políticas que atendam às diferentes idades e promovam mudanças estruturais positivas (VIEIRA, 1992, p. 84).

No entanto, a persistência do trabalho infantil doméstico no Brasil evidencia as limitações e lacunas dessas políticas. A realidade dessas crianças, que são privadas de seu direito à educação e ao desenvolvimento integral, revela um sistema que ainda falha em proteger os mais vulneráveis. A naturalização do trabalho infantil doméstico, muitas vezes reforçada por questões de gênero, exacerba as desigualdades e perpetua ciclos de pobreza e exclusão social.

5. CONCLUSÃO

Com a prática disseminada e persistente do trabalho infantil doméstico nos países latino-americanos, contribuindo significativamente para resultados negativos na educação, como problemas de saúde e baixo desempenho escolar, fatores como maior envolvimento dos pais e maior escolaridade desempenham um papel fundamental nos efeitos adversos do trabalho infantil na educação. Destaca-se a importância do apoio parental na melhoria dos resultados educacionais das crianças.

Nesse sentido, é primordial que a sociedade compreenda e não incentive o trabalho infantil, pois abordar suas complexidades é essencial para garantir melhores



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

oportunidades e resultados educacionais para crianças em famílias em situação de vulnerabilidade social. Políticas públicas voltadas para a juventude são essenciais para enfrentar esses desafios e promover a inclusão social. Como reforça Florestan Fernandes, "a dominação e desigualdade na América Latina resultam de um processo histórico de exploração que marginaliza amplas camadas da população" (Fernandes, 2015, p. 23).

Portanto, políticas públicas eficazes devem romper com essas estruturas de dominação e oferecer oportunidades reais de desenvolvimento para os jovens. Os jovens enfrentam altos índices de desemprego, violência, falta de acesso à educação de qualidade e serviços de saúde adequados. Além disso, a desigualdade racial e de gênero agrava ainda mais essas dificuldades, especialmente para jovens negros, indígenas e mulheres (Barão et al., 2021, p. 12). No entanto, a implementação e eficácia dessas políticas são frequentemente limitadas por fatores estruturais e políticos. Devem ser desenvolvidas a partir de uma perspectiva crítica que reconheça e desafie essas estruturas de poder.

A análise das condições sócio-históricas presentes, bem como das políticas públicas voltadas para a juventude na América Latina e no Brasil, revela a complexidade e os desafios enfrentados para a erradicação do trabalho infantil doméstico e a melhoria do contexto escolar. Utilizando o materialismo histórico dialético, obtivemos uma compreensão aprofundada das relações entre juventude, políticas públicas, trabalho infantil doméstico e educação.

Nossas investigações bibliográficas e documentais apontam para a necessidade urgente de implementação efetiva de políticas públicas direcionadas à juventude, alinhadas aos movimentos sociais que defendem os direitos das crianças e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

adolescentes. A erradicação do trabalho infantil doméstico e a garantia de um ambiente escolar adequado demandam uma reestruturação profunda das políticas existentes, com efetiva implementação e monitoramento para assegurar sua eficácia.

Superar esse desafio implica também em uma mudança cultural e na valorização dos direitos das crianças e adolescentes como prioridade absoluta. Concluímos que a luta pela erradicação do trabalho infantil doméstico e pela melhoria do contexto escolar é um processo contínuo e multifacetado, exigindo compromisso político, social e econômico. As políticas públicas voltadas para a juventude devem ser abrangentes, inclusivas e adaptáveis às realidades locais, garantindo acesso a educação de qualidade e oportunidades para o desenvolvimento integral dos jovens.

É fundamental adotar uma perspectiva crítica na análise das políticas de proteção infantil. Apesar do arcabouço legal, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sua efetividade na prática é questionável devido à falta de fiscalização adequada, insuficiência de recursos para programas sociais e descontinuidade das iniciativas governamentais. A implementação dessas políticas muitas vezes não considera as complexas realidades socioeconômicas das famílias envolvidas, resultando em medidas paliativas em vez de transformadoras.

É essencial entender as raízes estruturais que perpetuam essa prática, como a desigualdade social, a falta de acesso a oportunidades educacionais e a necessidade econômica que força as famílias a recorrer ao trabalho infantil. Somente uma abordagem integrada e crítica, considerando as múltiplas dimensões do problema, pode promover soluções eficazes e duradouras.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

6. Referências Bibliográficas

ABAD, Miguel. **Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil.** *Última Década*, Viña del Mar, CIDPA, n. 16, p. 119-155, mar. 2002.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano.** 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BARÃO, M. et al. **Vozes das Juventudes: Atlas das Juventudes e TALK.** Abril, 2021.

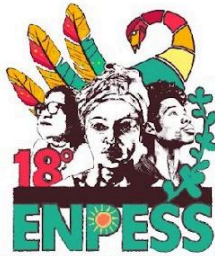
CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico.** In: SADER, Emir; SANTOS, Boaventura de Sousa (Orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização.* Rio de Janeiro: Ed. PUC/Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Ed. Contexto, 2021.

DIÓGENES, Glória. **Juventude, exclusão e construção de políticas públicas: estratégias e táticas.** In: MENDONÇA FILHO, Manoel; NOBRE, Maria Teresa (Orgs.). *Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa.* Salvador: EDUFBA; EDUFS, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 4. ed. rev. São Paulo: Editora Globo, 2009.

FIALHO, L. M. F.; SOUSA, F. G. A. de. **Juventudes em políticas públicas: o estado da questão em pesquisas**



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

cearenses (2010-2016). *Revista Atos de Pesquisa em Educação*, Blumenau, v. 15, n. 1, p. 163-185, jan./abr. 2020.

Disponível em:

<https://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2020v15n1p163-185>.

Acesso em: 25 jun. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

HARO, M. J. **As políticas da juventude na Argentina e no Brasil: conquistas e desafios atuais**. In: JUVENTUDE, participação e desenvolvimento social na América Latina e Caribe. Brasília: UNESCO, 2015. p. 23.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2022.

Disponível em:

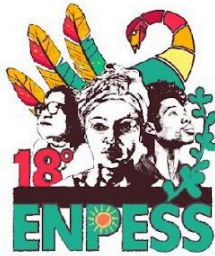
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>.

MARINI, Ruy Mauro. **Sobre a Dialética da dependência**. *Revista Latino Americana de Ciências Sociais*. Flacso, Santiago de Chile, n. 5, jun. 1973. Tradução Carlos Eduardo Martins, Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www.vistormeyer.org.br>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MARX, Karl. **O Capital (Livro I)**. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do Capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011a.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: Rumos a uma teoria de transição**. Tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Ed. Unicamp; Boitempo Editorial, 2011b.

OIT. **Novo mapa orienta luta contra o trabalho infantil nas Américas**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oit-novo-mapa-orienta-luta-contra-o-trabalho-infantil-nas-americas/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

REIS, D. M.; FERREIRA, V. S.; LOPES, R. E. **A institucionalização do “jovem” como sujeito de políticas públicas no Brasil: o CONJUVE em cena**. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 14, p. 1-21, e2559027, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14244/198271992559>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Florestan Fernandes e o debate sobre a dependência na América Latina**. In: *REBELA*, v. 7, n. 3, set./dez. 2017.

VIEIRA, E. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez; Autores associados, 1992.